

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
Senhores Acionists,	
A Administração da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.	
A subsidiária China Construction Bank (Brasil)	
Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.	
Ambiente Econômico	
O ano de 2019 apresentou crescimento baixo da economia brasileira novamente. Dessa vez, as expectativas vêm em parte das expectativas muito otimistas com o governo e, de outra parte, pelo crescimento mundial muito fraco, especialmente pelos desdobramentos da guerra comercial entre EUA e China e a crise argentina.	
De fato, o crescimento mundial ficou abaixo de 3%, com alguns países importantes como a Alemanha em recessão. Os atritos entre China e EUA foram o foco de atenção durante todo 2019, mas com um acordo preliminar sendo feito no final do ano.	
No caso brasileiro, em que pese o fraco crescimento, o ano passado foi de evolução em reformas importantes, especialmente na previdência. O governo deu sequência a algumas concessões e privatizações, aprovou a MP da Liberdade Econômica e colocou em funcionamento o cadastro positivo.	
O destaque do ano passado foi, novamente, o varejo, com as vendas de automóveis em crescimento e o mercado imobiliário dando os primeiros passos de retomada com a queda histórica da Selic para 4,5% ao final do ano. Essa queda de juros não afetou a inflação, se mantendo baixa durante praticamente todo o ano.	
No geral, a economia brasileira manteve o ritmo de recuperação que vinha tendo desde 2016, com sinais de que terá condições de crescer mais nos próximos anos.	
Resultado do Exercício Consolidado	
O ano de 2019 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.	

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO											
Em milhares de reais											
	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
ATIVO											
Circulante											
Disponibilidades	4a.	10.634.145	7.920.347	10.772.976	7.842.402	PASSIVO					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		93.665	40.221	93.818	40.427	Circulante					
Aplicações no mercado aberto	4b.	229.999	2.654.995	229.999	2.654.995	Depósitos	16.	13.604.594	18.369.464	13.605.705	18.062.417
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	217.371	521.214	5.449	4.494	Depósitos à vista		2.821.068	3.089.645	2.818.281	2.828.453
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	262.998	170.871	262.998	170.871	Depósitos de poupança		87.757	85.706	86.581	84.316
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.797.000	229.554	3.807.983	229.554	Depósitos interfinanceiros		2.977	3.241	2.977	3.241
Carteira própria	5b.	617.130	59.464	617.130	59.464	Depósitos a prazo		322.456	363.145	322.456	105.937
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.764.911	101.265	2.764.911	101.265	Depósitos ao prazo	17a.	2.407.878	2.637.553	2.406.267	2.634.959
Vinculados à prestação de garantias	5b.	27.002	–	37.985	–	Captações no Mercado Aberto		3.628.601	6.861.998	3.603.526	6.835.033
Instrumentos financeiros derivativos	6f.	387.957	68.825	387.957	68.825	Carteira própria		3.628.601	6.667.803	3.603.526	6.640.839
Relações Interfinanceiras		4.770	6.517	4.770	6.517	Carteira de terceiros		–	194.195	–	194.195
Depósitos no Banco Central		4.770	6.517	4.770	6.517	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	1.025.173	744.609	1.025.173	744.609
Operações de Crédito		4.244.030	2.889.396	4.546.151	3.273.984	Recursos de letras emitidas		1.025.173	744.609	1.025.173	744.609
Operações de crédito		4.275.302	2.964.851	4.685.698	3.457.018	Letras de crédito imobiliário		21.279	41.943	21.279	41.943
Setor privado	7.	4.275.302	2.964.851	4.685.698	3.457.018	Letras de crédito de agronegócio		576.753	562.419	576.753	562.419
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	48.533	76.157	–	–	Letras financeiras		427.141	140.247	427.141	140.247
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(79.805)	(151.612)	(139.547)	(183.034)	Relações Interdependências		66.006	31.184	66.006	31.184
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	–	–	33.978	18.933	Recursos em trânsito de terceiros		66.006	31.184	66.006	31.184
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	37.078	24.098	Obrigações por Empréstimos	18.	4.479.926	6.659.258	4.479.926	6.659.258
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	–	–	(3.100)	(5.165)	Empréstimos no exterior		4.479.926	6.659.258	4.479.926	6.659.258
Outros Créditos		1.759.075	1.385.040	1.762.206	1.418.003	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	201.777	128.887	201.777	128.887
Avais e fianças honrados		16.789	1.026	16.789	1.026	Ministério da Agricultura - FUNCAFE		198.614	124.696	198.614	124.696
Carteira de câmbio	9.	1.506.955	1.151.415	1.506.955	1.151.415	Ministério das Cidades		3.163	4.191	3.163	4.191
Rendas a receber		24.918	16.047	16.398	10.778	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	46.350	22.688	46.350	22.688
Negociação e intermediação de valores		6.155	5.218	6.155	5.218	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	6.832	14.730	6.832	14.730
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	81.108	105.096	85.972	136.925	Instrumentos financeiros derivativos		6.832	14.730	6.832	14.730
Diversos	10.	269.633	206.440	276.435	212.857	Outras Obrigações		1.328.861	816.465	1.357.834	797.574
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(146.483)	(100.202)	(146.498)	(100.216)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.293	383	3.363	392
Outros Valores e Bens		25.237	22.539	25.624	24.624	Carteira de câmbio	9.	17.768	43.996	17.768	43.996
Despesas antecipadas		25.237	22.539	25.624	24.624	Sociais e estatutárias		27.354	19.416	27.354	19.416
Realizável a Longo Prazo		7.644.311	15.612.653	7.633.576	15.712.145	Fiscais e previdenciárias	20.	28.907	22.139	79.757	64.662
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		548.434	437.987	–	909	Negociação e intermediação de valores		6.957	5.245	6.957	5.245
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	548.434	437.987	–	909	Divida subordinada	23a.	1.110.499	505.870	1.110.499	505.870
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.418.521	9.413.801	1.418.521	9.424.165	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	24b.	–	7.052	–	7.052
Carteira própria	5b.	513.220	1.879.167	513.220	1.879.167	Diversas	21.	134.083	212.364	112.136	150.941
Vinculados a operações compromissadas	5b.	866.071	7.077.524	866.071	7.077.524	Exigível a Longo Prazo		3.479.575	4.024.943	3.230.527	3.940.452
Vinculados à prestação de garantias	5b.	2.062	80.433	2.062	90.797	Depósitos	16.	1.000.580	321.434	769.449	313.287
Instrumentos financeiros derivativos	6f.	37.168	376.677	37.168	376.677	Depósitos interfinanceiros		247.726	27.678	17.772	27.678
Operações de Crédito		3.418.245	3.664.103	3.778.625	4.093.833	Depósitos a prazo		752.854	293.756	751.677	285.609
Operações de crédito		3.582.646	3.772.915	4.029.328	4.330.881	Captações no Mercado Aberto	17a.	–	197.403	–	193.868
Setor privado	7.	3.582.646	3.772.915	4.029.328	4.330.881	Carteira própria		–	3.535	–	–
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	52.799	100.804	–	–	Carteira de terceiros		–	193.868	–	193.868
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(217.200)	(209.616)	(250.703)	(237.048)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	361.732	446.129	361.732	446.129
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	–	–	47.350	12.524	Recursos de letras emitidas		361.732	446.129	361.732	446.129
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	51.670	19.400	Letras de crédito imobiliário		703	2.839	703	2.839
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	–	–	(4.320)	(6.876)	Letras de crédito de agronegócio		33.545	41.604	33.545	41.604
Outros Créditos		2.030.857	1.845.988	2.152.911	1.923.514	Letras financeiras		327.484	401.686	327.484	401.686
Rendas a receber		14	1.950	14	1.950	Obrigações por Empréstimos	18.	47.780	84.334	47.780	84.334
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	1.138.870	956.482	1.232.353	997.778	Empréstimos no exterior		47.780	84.334	47.780	84.334
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	26b.	380.662	380.662	380.662	380.662	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	22.198	4.883	22.198	4.883
Diversos	10.	518.866	514.489	547.437	550.719	Ministério da Agricultura - FUNCAFE		22.198	4.883	22.198	4.883
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.555)	(7.595)	(7.555)	(7.595)	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	–	44.226	–	44.226
Outros Valores e Bens		228.254	220.774	236.169	257.020	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	8.058	7.233	8.058	7.233
Outros valores e bens	11.	377.743	397.931	392.699	410.272	Instrumentos financeiros derivativos		8.058	7.233	8.058	7.233
Despesas antecipadas		–	8.271	852	9.987	Outras Obrigações		2.039.227	2.919.301	2.021.310	2.846.492
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(149.489)	(155.428)	(157.382)	(163.059)	Fiscais e previdenciárias	20.	318.697	257.213	322.014	262.336
Permanente		357.699	412.710	41.269	62.278	Divida subordinada	23a.	–	1.049.173	–	1.049.173
Investimentos		323.172	368.418	645	645	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23b.	692.555	658.716	692.555	658.716
Participações em controladas no país	14.	322.528	367.775	–	–	Diversas	21.	1.027.975	954.199	1.006.741	876.267
Outros investimentos		1.091	1.091	1.135	1.135	Resultados de Exercícios Futuros	24.	20.600	16.310	20.600	16.310
Provisão para perdas em investimentos		(447)	(448)	(490)	(490)	Patrimônio Líquido	25.	1.531.386	1.534.993	1.590.989	1.597.646
Imobilizado de Uso	12b.	31.660	40.329	33.349	42.739	Capital Social		2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Imóveis de uso		85.949	85.629	88.900	88.580	De domiciliados no país		2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Outras imobilizações de uso		27.361	27.261	28.791	28.689	Reservas de capital		899	899	899	899
Depreciações acumuladas		(81.650)	(72.561)	(84.342)	(74.530)	Ajustes de avaliação patrimonial		266	2.220	266	2.220
Intangível	12c.	2.867	3.963	7.275	18.894	Prejuízos acumulados	(1.371.538)	(1.369.885)	(1.311.935)	(1.307.232)	
Ativos intangíveis		20.877	19.185	128.258	126.562	(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Amortização acumulada		(18.010)	(15.222)	(120.983)	(107.668)			18.636.155	23.945.710	18.447.821	23.616.825
Total do Ativo		18.636.155	23.945.710	18.447.821	23.616.825	Total do Passivo					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação do capital social						
	Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO	
		2º Semestre 2019	2019	2018	2º Semestre 2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira						
Operações de crédito	27a.	1.176.647	1.759.883	2.698.300	1.218.783	1.854.367
Operações de arrendamento mercantil		494.135	719.672	1.147.450	563.085	892.506
Resultado de títulos e valores mobiliários	27b.	466.376	824.050	1.015.662	436.552	740.267
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	27c.	78.325	58.570	228.910	78.325	58.570
Resultado de câmbio	27d.	136.564	154.050	203.777	136.564	154.050
Resultado de aplicações compulsórias		3	5	3	3	5
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	7f.	1.244	3.536	102.462	1.244	3.536
Despesas da Intermediação Financeira		(955.384)	(1.443.721)	(2.599.138)	(1.012.401)	(1.492.561)
Captação no mercado	27e.	(438.980)	(813.271)	(975.085)	(434.999)	(799.747)
Empréstimos, cessões e repasses	27f.	(403.343)	(479.884)	(1.250.542)	(403.343)	(479.884)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	7f.	(12.907)	(29.752)	(66.139)	—	(19.730)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(100.154)	(120.814)	(307.372)	(174.059)	(212.930)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		221.263	316.162	99.162	206.382	361.806
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(194.478)	(414.296)	(160.379)	(215.511)	(481.480)
Receitas de prestação de serviços		18.348	34.730	44.642	18.545	35.268
Rendas de tarifas bancárias		1.233	1.668	2.543	1.233	1.668
Despesas de pessoal	27i.	(80.012)	(182.836)	(164.942)	(89.010)	(200.597)
Despesas tributárias	27k.	(12.150)	(21.232)	(16.266)	(15.448)	(27.760)
Resultado de participações em controladas	14.	(25.557)	(19.619)	(20.450)	(385)	(891)
Outras despesas administrativas	27g.	(45.571)	(92.111)	(104.421)	(61.567)	(124.455)
Outras receitas operacionais	27j.	104.358	154.486	384.244	112.401	170.038
Outras despesas operacionais	27h.	(155.127)	(289.382)	(285.729)	(181.280)	(334.739)
Resultado Operacional		26.785	(98.134)	(61.217)	(9.129)	(119.674)
Resultado não operacional	27l.	2.024	6.392	(28.497)	1.661	6.393
Resultado Antes da Tributação		28.809	(91.742)	(89.714)	(7.468)	(113.281)
Imposto de renda	26d.	(9.870)	(15.348)	(78.572)	(5.884)	(16.007)
Contribuição social	26d.	(49.676)	(52.963)	(45.651)	(47.311)	(53.398)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	26d.	136.818	158.400	18.391	160.244	183.621
Lucro/(Prejuízo) do exercício		106.081	(1.653)	(195.546)	99.581	(190.644)
Número de Ações Integralizadas (mil)	25a.	465.631	465.631	465.631	—	—
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social - R\$		0,23	(0,00)	(0,42)	0,22	0,00
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
Em milhares de reais						
	Reservas de capital		Ajustes	Prejuízos		
	Capital	Ações em	Agio na	de avaliação	acumulados	Total
	realizado	tesouraria	subscrição	patrimonial		
		de ações				
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	(55.105)	899	2.682	(1.174.339)	1.731.001
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(462)	—	(462)
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(195.546)	(195.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.956.864	(55.105)	899	2.220	(1.369.885)	1.534.993
Mutações do exercício	—	—	—	(462)	(195.546)	(196.008)
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	2.220	(1.369.885)	1.534.993
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(1.954)	—	(1.954)
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(1.653)	(1.653)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386
Mutações do exercício	—	—	—	(1.954)	(1.653)	(3.607)
Saldos em 01 de julho de 2019	2.956.864	(55.105)	899	103.014	(1.477.619)	1.528.053
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(102.748)	—	(102.748)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	106.081	106.081
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	266	(1.371.538)	1.531.386
Mutações do semestre	—	—	—	(102.748)	106.081	3.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

		2º Semestre 2019		2019		2018	
Resultado do exercício (Múltiplo)		106.081		(1.653)		(195.546)	
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)							
		(5.669)		4.091		3.149	
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira							
		(831)		(1.503)		1.753	
Resultado do exercício (Consolidado)		99.581		935		(190.644)	
				2019		2018	
Patrimônio líquido do exercício (Múltiplo)							
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)				1.531.386		1.534.993	
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira				56.344		57.891	
Patrimônio líquido do exercício (Consolidado)				3.259		4.762	
				1.590.989		1.597.464	
3. Principais políticas contábeis							
a) Resultado das operações							
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.							
b) Estimativas contábeis							
A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.							
A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil reverá as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.							
c) Moeda funcional e de apresentação							
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.							
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.							
Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.							
d) Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.							
e) Ativo circulante e realizável a longo prazo							
e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez							
São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.							
e.2) Títulos e valores mobiliários							
Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:							
• Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.							
• Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.							
• Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.							
e.3) Instrumentos financeiros derivativos							
A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.							
e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa							
Para a avaliação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d - Composição da carteira por níveis de risco.							
As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.							
e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso							
Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é o da efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.							
e.6) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo							
São apresentados pelo valor líquido de realização.							
f) Permanente							
f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.							
f.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e às beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a Instituição assumia a obrigação de arcar com tais custos na data da aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa de vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.							
f.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.							
f.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.							
g) Passivo							
g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)							
São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.							
g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo							
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.							
O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado valor para o imposto de renda, e de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a Lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2019 foi calculado pela aplicação da alíquota de 20% da contribuição social, considerando que a realização ou liquidação se dará na vigência da nova alíquota. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".							
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias							
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.							
Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável para qualquer forma de admissão recursos, caracterizados como passivos e certos, os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;							
Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;							
Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.							
Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.							
i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito							
A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se esgotam ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.							
Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:							
- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo financeiro; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de venda de compra ou venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.							
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer							

MÚLTIPLO CONSOLIDADO							2018
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos disponíveis para venda							
Carteira própria (*)	6.743	3.402.300	1.300.265	1.709.308	4.708.864	4.709.362	4.702.291
Letras Financeiras	136	616.994	432.132	1.049.262	1.049.168	1.049.262	1.049.262
Vinculados a operações compromissadas							
Letras	6.607	2.758.304	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982	3.630.982
Finanças Tesouro	6.607	2.758.304	866.071	3.630.982	3.630.632	3.630.982	3.630.982
Vinculados à prestação de garantias (**)							
Letras	-	27.002	2.062	29.064	29.064	29.064	40.047
Finanças Tesouro	-	27.002	2.062	29.064	29.064	29.064	40.047
Títulos mantidos até o vencimento							
Carteira própria	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088	81.088
Cotas - FIDC	-	-	81.088	81.088	81.088	81.088	81.088
Total	6.743	3.402.300	1.381.353	4.790.396	4.789.952	4.790.396	4.801.379
(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.							
(**) O saldo contábil inclui R\$ 25.651 do Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 2.806 no Banco e R\$ 13.170 no Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 414 no Banco e Consolidado referente a outras garantias. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.							
O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA e Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor de cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.							
Diante do recente processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, espera-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813.505 para a categoria disponível para venda e, posteriormente, no segundo semestre de 2019, realizou a venda desses títulos registrando lucro de R\$ 171.413.							
6. Carteira de instrumentos financeiros derivativos							
a) Política de utilização							
Em função da Regra de Paul Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira <i>trading</i> do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter como objetivo a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito, o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do <i>hedge</i> , está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do <i>fair value</i> do <i>hedge</i> dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do <i>hedge</i> é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do <i>hedge</i> contábil, atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de <i>hedge</i> com o objetivo de garantir uma efetividade do <i>hedge</i> no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do <i>layer</i> protegido, objeto de <i>hedge</i> designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.							
b) Proteção das Exposições Cambiais							
O CCB Brasil efetua operações de <i>Swap</i> , NDF (termo) e Mercado Futuro para fins de <i>hedge</i> de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de <i>hedge</i> econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.							
c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas							
A instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito, o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do <i>hedge</i> , está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do <i>fair value</i> do <i>hedge</i> dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do <i>hedge</i> é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do <i>hedge</i> contábil, atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de <i>hedge</i> com o objetivo de garantir uma efetividade do <i>hedge</i> no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do <i>layer</i> protegido, objeto de <i>hedge</i> designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.							
d) Gerenciamento de risco							
O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descausamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2019 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações riscadas e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira <i>trading</i>), EVE e NII (para a carteira <i>banking</i> e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.							
e) Critérios de mensuração do valor de mercado							
Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:							
• Swaps e Termo: cotações em bolsas; e							
• Futuro: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.							
f) Registro dos valores							
Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonialização conforme regra específica do BACEN.							
Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção de detenção, em títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento, títulos em garantia e títulos em garantia de liquidez. O BACEN utiliza-os como instrumento de proteção (<i>hedge</i>) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.							
As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2019), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Especificamente, para o <i>Hedge</i> de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.							
As operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:							
MÚLTIPLO E CONSOLIDADO							Valor de referência
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)		Valor de referência		
			A vencer até 03 meses	A vencer a 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap							
Mercado Interfinanceiro	7.446	2.130	83.471	(132.377)	(19.977)	(68.883)	
Moeda Estrangeira	405.673	7.374	(187.454)	97.838	19.977	(68.639)	
Pré	3.479	1.371	103.983	34.539	-	138.522	
Subtotal	416.598	10.875	-	-	-	-	
Ajuste ao Valor de Mercado	8.238	243	-	-	-	-	
Total	424.886	11.116	-	-	-	-	
Contratos de Termo/NDF							
Compra de Termo/NDF	60	3.541	53.978	66.747	7.029	127.754	
Venda de Termo/NDF	179	231	(26.231)	(28.864)	-	(55.095)	
Subtotal	239	3.772	-	-	-	-	
Total	425.125	14.890	-	-	-	-	
Contratos Futuros (*)							
Compra - Mercado Interfinanceiro	4	1	-	75.575	10.896	86.471	
Venda - Mercado Interfinanceiro	9	753	(96.998)	(783.356)	(1.007.887)	(1.888.241)	
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	1.697	173.774	81.114	-	254.888	
Venda - DDI - Cupom Cambial	418	-	-	(49.746)	(9.752)	(59.498)	
Compra - Moeda Estrangeira	-	4.493	-	659.681	-	659.681	
Venda - Moeda Estrangeira	5.725	1	-	(848.814)	-	(848.814)	
Total	6.156	6.945	-	-	-	-	
(*) O registro dos valores a pagar e a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.							
As operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 apresentam as seguintes características:							
MÚLTIPLO E CONSOLIDADO							Valor de referência
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)		Valor de referência		
			A vencer até 03 meses	A vencer a 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap							
Mercado Interfinanceiro	8.692	2.959	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)	
Moeda Estrangeira	425.962	18.178	(6.618)	464.708	229.525	687.615	
Pré	624	-	-	26.373	-	26.373	
Subtotal	435.278	21.137	-	-	-	-	
Ajuste ao Valor de Mercado	288	(167)	-	-	-	-	
Total	444.960	20.970	-	-	-	-	
Contratos de Termo/NDF							
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495	
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)	
Subtotal	542	993	-	-	-	-	
Total	445.502	21.963	-	-	-	-	
Contratos Futuros (*)							
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)	
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974	
Compra - Moeda Estrangeira	-	28	6.788	-	-	6.788	
Venda - Moeda Estrangeira	5.218	-	(1.285.584)	-	-	(1.285.584)	
Total	5.218	5.210	-	-	-	-	
(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.							
As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.							
O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:							
MÚLTIPLO E CONSOLIDADO							2018
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor justo	
L.F.T.	01/09/2020	25.651	25.651	-	77.213	77.213	
g) Hedge accounting							
g.1) Captação no exterior							
A partir do exercício de 2015, com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrange							

2019	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge			
	Valor Curva	Valor Justo	Valor da Inefit-vidade	Variação no valor reconhecido no resultado	Valor Nominal			
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Operações de Crédito								
Total	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140			92.112	
2018	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140			92.112	
	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge			
	Valor Curva	Valor Justo	Valor da Inefit-vidade	Variação no valor reconhecido no resultado	Valor Nominal			
Risco de Taxa de Juros								
Hedge de Operações de Crédito								
Hedge de Captações CCB	1.822.671	- 1.919.155	- 6.704	2.034.038			89.781	
Total	1.822.671	1.767.532	1.919.155	1.769.087	7.457	3.808.242	90.583	
7. Operações de crédito								
a) Diversificação por tipo de operação								
Modalidade	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Capital de giro e descontos	3.077.226	3.362.362	3.086.220	3.381.989				
Crédito pessoal consignado	1.763.711	1.075.181	2.553.281	1.965.708				
Financiamentos à exportação	2.056.261	1.676.341	2.056.261	1.676.341				
Financiamentos rurais e agroindustriais	521.873	345.856	521.873	345.856				
Financiamentos à importação	310.159	131.995	310.159	131.995				
Financiamentos de veículos	7.663	22.91	65.079	139.426				
Operações de crédito vinculadas à cessão (*)	101.332	176.961	-	-				
Outros	121.055	145.810	122.153	146.584				
Operações de crédito	7.959.280	6.914.727	7.815.026	7.787.899				
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.491.413	1.082.121	1.491.412	1.082.121				
Títulos e créditos a receber (nota 10)	213.845	133.630	214.464	134.419				
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	54.807	81.137	54.807	81.137				
Fianças honoradas	16.789	1.026	16.789	1.026				
Outros créditos	1.776.854	1.297.914	1.777.472	1.298.703				
Operações de arrendamento mercantil								
Total	9.736.134	8.212.641	10.581.246	9.130.100				
(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira classificadas como Crédito Pessoal Consignado no consolidado.								
(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".								
b) Diversificação por setor de atividade								
Setor Privado	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Outros serviços	7.835.702	6.916.627	7.924.450	6.960.127				
Indústria	2.333.039	3.125.261	2.409.898	3.158.192				
Comércio	3.326.167	2.512.949	3.328.507	2.517.991				
Agronegócio	1.948.674	1.208.961	1.958.223	1.214.488				
Pessoas físicas	227.822	69.456	227.822	69.456				
Total	1.900.432	1.296.014	2.656.796	2.169.973				
c) Diversificação por prazos - por parcela								
Setor Privado	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%
Até 03 meses	2.358.437	24,22	1.855.348	22,59	2.539.028	24,00	2.047.019	22,42
De 03 meses até 01 ano	3.609.054	37,07	2.352.810	28,65	3.818.834	36,09	2.581.676	28,27
Acima de 01 ano	3.653.704	37,53	3.914.078	47,66	4.099.588	38,74	4.386.079	48,16
Vencidos a partir de 15 dias	114.939	1,18	90.405	1,10	124.126	1,17	105.526	1,16
Total	9.736.134	100,00	8.212.641	100,00	10.581.246	100,00	9.130.100	100,00
d) Composição da carteira por níveis de risco								
Nível de risco	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	Base de cálculo	Provisão	% (%)	Base de cálculo	Provisão	% (%)		
AA	3.082.405	-	31,66	3.184.922	-	30,10		
A	3.862.861	19.314	39,68	4.485.503	22.427	42,39		
B	2.268.573	22.686	23,30	2.281.420	22.814	21,56		
C	94.340	2.830	0,97	98.457	2.953	0,93		
D	1.159	116	0,01	2.036	204	0,02		
E	5.375	1.813	0,06	6.140	1.842	0,06		
F	9							

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 24 de março de 2020

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0